

“VEM PRA RUA”: O POLÍTICO E A POLÍTICA EM REDE
“VEM PRA RUA”: THE POLITICAL AND THE POLITICS ON THE WEB

Benedito Fernando Pereira/Universidade do Vale do Sapucaí

RESUMO: Considerando o político como a divisão social dos sentidos, este artigo procura verificar como se dá o processo de significação em uma sociedade cada vez mais interpelada pelo discurso eletrônico e os modos como o político e a política se veem afetados por ele. Para tanto, fazemos a análise discursiva dos enunciados “vem pra rua” e “somos a rede social”, que estiveram presentes em faixas e cartazes nos protestos de rua no Brasil em 2013, os quais foram organizados e transmitidos, em grande parte, pelo meio virtual. Observou-se que tais enunciados passam por um processo de apropriação e de ressignificação, com deslocamentos de sentidos que partem da lógica de mercado, vão para o social e retornam ao mercado. Observou-se também como o meio urbano se vê afetado pelo discurso eletrônico que passa a constituir os modos como ele produz sentidos.

PALAVRAS-CHAVE: redes sociais e o político; discurso eletrônico; ciberdemocracia e capitalismo.

ABSTRACT: Considering the political and the social division of senses, this paper seeks to check how is the process of signification in a society increasingly challenged by electronic discourse and the ways in which political and policy find themselves affected by it. In order do that, we make the analysis of discursive statements “vem pra rua” and “somos a rede social” that were present in banners and posters in street protests in Brazil in 2013, which were organized and delivered, in large part, by virtual means. We observed that such utterances go through a process of appropriation and re-signification, with shifting meanings that run of market logic, go to the social politics and go back to the market logic. We had also observed how the urban environment is affected by the electronic discourse that now constitutes the ways it makes sense.

KEYWORDS: social websites and politcs; electronic discourse; cyberdemocracy and capitalism.

1 Introdução

É inegável que o mundo vem passando por um processo rápido de mudanças, em especial nas últimas décadas, com a forte presença das tecnologias de informação e comunicação (TICs). Essas novas tecnologias virtuais têm provocado alterações nos modos de funcionamento tanto do sujeito, quanto da sociedade. O discurso digital¹

1 O discurso digital corresponde a uma nova materialidade da linguagem e apresenta especificidades quanto aos modos de significação e trabalho com o simbólico. O discurso digital “ou o discurso eletrônico, como prefiro chamar, reorganiza a vida intelectual, redistribui os lugares de interpretação, desloca o funcionamento da autoria e a própria concepção de texto. Mas não nos enganemos. É ainda uma tecnologia da escrita. Tem um impacto semelhante ao da invenção da imprensa. Mas difere desta

interpela indivíduos em sujeito num processo de virtualização que ocorre, paradoxalmente, por meio de uma arquitetura do isolamento, pela qual o indivíduo, ao assujeitar-se a ele, se isola para interagir, para mesclar-se, para publicar-se e se constituir virtualmente em um novo espaço de interação, cuja marca fundamental é a presença ausente. O ciberseueto tem nessa arquitetura a condição de inscrição/representação simbólica de si no virtual, ou seja, a simbolização de si no espaço ciber. O ciberespaço é o lugar da digitalização do território, espécie de Novo Mundo em permanente estado de invenção pelo ciberseueto. Novo mundo que funciona pela *informatividade*, entendida como atividade por meio da informação, que tem como pilares a abolição do espaço convencional (que passa a ser *cyber*, desvinculado da distância física) e do tempo convencional (que cede lugar ao imediatismo). Esse contexto tecnológico instaura a urgência do dizer (DIAS, 2012, p. 11), do significar-se por esse meio, fenômeno que entendemos ser relevante para a reformulação dos modos de funcionamento da sociedade para além do virtual.

Neste trabalho, procuramos compreender como os sujeitos (se) significam em diferentes espaços de enunciação, considerando o virtual, não como um espaço fechado em si mesmo, com regras próprias e inéditas, mas sim como um espaço dinâmico e poroso, ou seja, em simbiose permanente com o não-virtual. Buscaremos observar também os modos como ele se constitui e funciona em relação ao político no social, em especial, no urbano e suas discursividades.

Para tanto, neste trabalho, tomamos as manifestações populares de 2013 como acontecimento de linguagem afetado pela discursividade digital e procuramos realizar uma análise discursiva de alguns enunciados aí presentes. Atentamos para o modo como o discurso digital se insere no espaço urbano, transformando esse espaço e, ao mesmo tempo, se ressignificando. Procuramos ver, também, como o político se dá nesses espaços híbridos em situação de litígio em que discursos se materializam e circulam.

2 Ciberdemocracia: o político e a rede

É famosa a definição de homem dada por Aristóteles na sua *Política* (1253^a, 9-10) como *zôon logikôn ekôn*, isto é, um animal dotado de *logos*, palavra grega que significa tanto “razão” como “linguagem”. Na mesma obra (1253a), Aristóteles também define o homem como *zôon politikôn* ou “animal político”, ou seja, um animal social que vive em comunidade, e que tem na pólis (cidade) o mais perfeito tipo de organização sociopolítica. Vemos, pois, já no antigo filósofo grego, que ser social implica, necessariamente, a linguagem e o político, e que essas características definem o ser humano. Como ser de linguagem, o homem está em sociedade, a qual funciona também por meio da linguagem num jogo de forças políticas em embate que se traduz em discursos. Neste espaço social – e discursivo – se dá o político, ou seja, a realidade dessas forças que forjam e embasam os diferentes sentidos². O político é, então, a relação entre a multiplicidade dos discursos (sentidos), fazendo sentido na história. O sentido é historicamente constituído e

pela sua natureza do ponto de vista técnico, científico e administrativo, em termos sociais e políticos” (ORLANDI, 2009, p. 63).

2 O político não se confunde com o poder, entendido como algo que se exerce e não se possui (conforme entende Foucault), nem com a política, que é função do político. O político é mais amplo e diz respeito à divisão do sentido em sociedade.

socialmente dividido, isto é, as relações de força que se dão no meio social determinam injunções do dizer e do significar nesta mesma sociedade na história. Desse modo, um dado objeto não tem propriamente conteúdo (porque não se tem acesso ao real), mas, como objeto simbólico, ele significa, pois está imbuído de uma espessura semântica não transparente, nem evidente, muito embora funcione na superficialidade da linguagem como evidente e dada. Esta espessura é função do político. Não há sentido que não tenha sido produzido em condições específicas, em relação com a exterioridade, com uma direção sócio-histórica que se produz em relações imaginárias derivadas de um trabalho simbólico. O que Aristóteles não considera, mas que nós consideramos, como analistas de discurso, é o fato de que o homem nessa relação com a linguagem e a exterioridade não mais deve ser tomado apenas bio-psiquicamente, mas como sujeito que se configura ao se assujeitar à linguagem, ao ser interpelado pelos discursos, passando a assumir posições ao enunciar. Enfim, o sujeito é um lugar de significação historicamente constituído, uma posição (ORLANDI, 1998, p. 75).

Em sociedade, o político e a política se dão necessariamente, e as formas de organização político-administrativa são expressões dessa relação. Relação sociopolítica – e também de poder – e as diferentes formas dessa organização são construídas e afetadas por injunções de toda ordem na história. É assim, pois, que as injunções de ordem econômica, social, religiosa, científica, cultural etc, todas confluentes, influem sobremaneira nas relações políticas e no modo como essa sociedade se ordena e governa.

Tomemos a questão tecnológica como ponto de ancoragem da nossa reflexão. Atualmente, a ideologia da comunicação e da informação tem ganhado um *status* proeminente pelo discurso da globalização. Possibilitada, principalmente, pela tecnologia, essa ideologia é reforçada pelo discurso da tecnociência, que promete uma verdadeira revolução do humano ao imiscuir-se em todas as esferas da sua vida, transformando comportamentos e relações sociais, históricas e linguísticas. Pioneira entre as ciências da informação, a cibernética foi a primeira a sistematizar, e mesmo a projetar, um “novo” tipo de homem e de sociedade num mundo “sem fronteiras”, “um mundo tornado mais racional pelo controle e [pela] gestão informacionais” (LAFONTAINE, 2004, p. 13, *apud* DIAS, 2012, p. 12). Sobretudo após o desenvolvimento das redes telemáticas, criou-se o virtual como território do possível onde surge uma espécie de mente coletiva teoricamente aberta a tudo e a todos, na qual o sujeito se constitui.

Entendemos que o sujeito é elemento central em nossa discussão, pois consideramos com Orlandi (2011a, p. 3) que “não é possível falar em sociedade sem pensar o indivíduo – ou o sujeito individualizado [...]”. Procuramos aqui compreender como essa relação entre indivíduo e sociedade se vê afetada pelo espaço digital fundado pelas novas tecnologias, em especial a virtual da Internet, entendida como tecnologia de linguagem, e como ela influencia movimentos sociais a partir dos movimentos da sociedade (que não se confundem, mas se imbricam), também entendidos conforme Orlandi (2011a, p. 4), para quem

os movimentos da sociedade ou na sociedade são inevitáveis e fazem parte da materialidade, do real da história social. Já os movimentos sociais são organizações que se formam, em certos momentos, visando certos objetivos, bem determinados na sociedade e na história.

Na confluência entre movimentos sociais e movimentos da sociedade estão as novas tecnologias da comunicação, as quais deram azo a novas formas de relações sociais em todos os níveis e seu impacto se fez sentir, em especial, na administração pública, nas relações entre Estado e sociedade e na participação social na política. Para Lemos & Lévy (2010), a partir dos anos 50, intensificou-se um processo de mudanças sociais cujo motor principal são as tecnologias da comunicação. Tais mudanças fundam o que eles chamam de cibercultura, uma conjuntura tecnocultural que se pauta por um novo modo de ser e de agir num novo ambiente: o ciberespaço. Na visão dos autores, o surgimento da web 2.0, interacional (ao contrário da anterior, que era apenas de leitura), permitiu a efetivação da interação em nível global e promoveu mudanças decisivas na sociedade. Para eles, esse processo ainda está incompleto, uma vez que o ciberespaço ainda se encontra fragmentado, mas tudo caminha para a unidade num futuro mais ou menos próximo. E seria essa computação social ocorrida por meio do ciberespaço a base do que, no campo da atividade política, Lemos & Lévy (2010) conceituam como ciberdemocracia, a nova forma de “governança mundial”. Estágio superior da democracia, a ciberdemocracia é uma nova era do diálogo político que se apoia no tripé “conexão à rede”, “liberdade de expressão” e “reconfiguração social”, com a conseqüente transformação nas relações entre Estado e sociedade. Os autores apostam na continuidade e necessidade do Estado, que consideram como uma das primeiras tecnologias sociais, mas com outro nível de participação da sociedade.

Um outro conceito bastante discutido na filosofia e na teoria políticas contemporâneas afetadas pelas tecnologias é o da democracia do *plug and play*, que pode ser definida como uma forma de democracia participativa de inspiração naquela praticada na Grécia antiga em que as decisões eram tomadas pelos cidadãos em assembleia pública na Ágora, e imediatamente entravam em vigor. Neste tipo de democracia “a esfera civil ocupa o lugar da esfera política na produção da decisão. A ênfase aqui está no fato de que só argumentar não seria suficiente: é preciso deixar que o povo decida. Isto significaria ‘um estado governado por plebiscito’” (GOMES, 2004, p. 6). A ciberdemocracia se contrapõe à democracia do *plug and play* por se constituir a partir da mundialização da democracia numa sociedade também mundializada. Em outras palavras, uma espécie de novo “contrato social” em nível planetário tornado possível graças às novas tecnologias da comunicação e por meio delas.

A ciberdemocracia parte da reconfiguração do político e da política na esfera pública por meio da popularização dos meios de comunicação, em especial dos meios digitais (Internet e telefonia móvel), ou seja, do ciberespaço. Essa conectividade permitiria ações coletivas de grande porte por meio da mobilização dos usuários da rede, que constituem o que Lévy (2007) chama de inteligência coletiva atuante no novo ambiente virtual e constituinte da cibercultura. Assim, a computação social potencializa “as possibilidades da inteligência coletiva e, por sua vez, a voz do povo” (LEMOS; LÉVY, 2010, p. 14). Um redimensionamento dos espaços público e privado que se origina das alterações dos lugares de fala dos sujeitos sociais em situação de rede. Em outras palavras, para Lévy, a rede proporciona uma “tomada da palavra” e conseqüente mobilização para a ação popular, o que antes não seria possível dada a limitação dos meios de comunicação. É, então, a circulação comunicacional a responsável pela liberdade do sujeito nesse novo contexto, e a “conversação mundializada” a promotora da reconfiguração das práticas sociais e políticas. Lévy enxerga o ciberespaço como um espaço transparente e inclusivo funcionando em escala planetária, uma visão otimista do

impacto das tecnologias digitais no meio social, sendo, também, bastante criticado por isso.

Interessa-nos aqui, contudo, o conceito de ciberdemocracia para, a partir dele, pensarmos, em análise de discurso, os modos de funcionamento do político (e da política) em meio social afetados pelas novas tecnologias – em especial a Internet – consideradas como tecnologias de linguagem, e os modos como o discurso da rede se materializa pela linguagem no espaço urbano.

3 Manifestações populares em rede: breve histórico

O político, como já vimos, é a divisão social dos sentidos. Isso ocorre em qualquer meio social e em qualquer período histórico que consideremos. Os modos como o político se dá, contudo, serão relativos aos dispositivos disponíveis num dado momento, em dadas condições de produção. Uma descoberta científica, a invenção de uma tecnologia, uma situação de ordem econômica, etc, afetam os modos de funcionamento da sociedade e do político, determinando novas práticas sociopolíticas que são, sobretudo, práticas de linguagem. Para comprová-lo, basta olharmos a história: a invenção da escrita, a invenção da imprensa, a mudança de um sistema econômico, entre outros acontecimentos, foram causas de profundas mudanças sociais. Atualmente, a emergência das tecnologias computacionais tem sido causa de interessantes movimentos na sociedade e, não raro, também de movimentos sociais. Em que medida o impacto das tecnologias digitais afeta o social? De que modo o político acontece nessas condições de produção? Há transformações e quebras de paradigmas, como propõem autores como Pierre Lévy? Ou o tecnológico tem apenas funcionado como panaceia salvacionista de uma sociedade em crise que necessita da ilusão de que “algo está melhorando” para dormir mais tranquila? Seja como for, todas as opções são efeitos da ideologia, construção do político, da multiplicidade de sentidos em meio social. Não buscaremos responder aqui essas questões, procuraremos apenas observar seu funcionamento. Tomemos, pois, dois casos emblemáticos em que as tecnologias da informação afetaram o curso dos eventos históricos: a Primavera Árabe e as manifestações no Brasil em 2013.

No final de 2010 um jovem tunisiano ateou fogo ao próprio corpo em forma de protesto contra a situação social e política da Tunísia, fato este que repercutiu por todo o mundo e provocou a revolta da população. Em 2011 foi a vez do Egito: grandes manifestações populares levaram à queda o regime ditatorial do presidente Hosni Mubarak que há 30 anos governava o país. Essa onda de protestos alastrou-se por vários outros países árabes do Oriente Médio e norte da África, como a Síria, o Marrocos e a Líbia, que derrubou o governo de Gaddafi, entre outros. Protestos e guerras civis sempre ocorreram na história, mas o que chama a atenção nesses casos é o uso massivo das novas tecnologias e a sua influência nos acontecimentos:

[A] massa insatisfeita fez uso das novas tecnologias e das mídias sociais, como telefones celulares, mensagens de texto, redes sociais e da internet para convocar o povo às ruas e juntos protestarem contra o governo. O Twitter era usado para a marcação de encontros pelos ativistas e para a disseminação de informações sobre o protesto. O Facebook era utilizado para debates, divulgação de locais e hora dos protestos, fotos e vídeos. O YouTube servia como ferramenta de armazenamento de vídeos (TAVARES, 2012).

Em 2013 foi a vez do Brasil. Manifestantes tomaram as ruas por todo o país em meados do ano no movimento que ficou conhecido como “vem pra rua”. O motivo inicial dos protestos foi o aumento de R\$ 0,20 no preço da passagem de ônibus em São Paulo, e que, dada a reação truculenta do Estado contra os manifestantes, acabou ganhando dimensões nacionais com ampliação das reivindicações populares frente à administração pública em geral. Assim como na Primavera Árabe, as tecnologias da informação e comunicação (TICs) tiveram influência marcante nos acontecimentos porque foi principalmente por meio delas que as mobilizações se organizaram e posteriormente ocorreram nas vias públicas: “a mobilização e o intenso acompanhamento, através de fotos, vídeos (ao vivo e gravados), textos, comentários, conversações, nos *sites* de redes sociais foram notáveis em praticamente todos os atos” (RAMALHO; SILVA, 2013, p. 2).

Acontecimentos como esses têm sido cada vez mais frequentes pelo mundo, situações em que as multidões, fazendo uso das tecnologias comunicacionais, se organizam e se movimentam: a ação que brota da palavra. Isso tem levado alguns autores a falar de uma possível transformação no próprio funcionamento das mídias: “Nós passamos da era das mídias de massa para a era da massa de mídias” (RAMONET, 2012, *apud* RAMALHO; SILVA, 2013, p. 5).

Consideramos aqui as tecnologias como dispositivos através dos quais, num processo de apropriação, o sujeito se constitui e que, este, por sua vez, reformula de formas diversas, deslocando-o, ressignificando-o e se ressignificando por meio dele. Um processo que se dá pela relação com o político e suas discursividades em que novos instrumentos entram em cena promovendo deslocamentos que podem levar ao irrompimento do novo, a uma quebra de paradigmas. Esse processo histórico – que é um processo discursivo e, portanto, de linguagem – deixa marcas que podem ser recuperadas pela análise. Eis o que faremos em seguida, tomando como *corpus* alguns enunciados que mostram o discurso do virtual presente nas ruas durante as manifestações de 2013 procurando observar os modos como fazem sentido.

4 O *corpus* e as análises

As manifestações de 2013, além de terem sido transmitidas por fotos, vídeos, comentários, reportagens, etc, tanto pela mídia jornalística oficial, quanto pelas mídias independentes e pelos usuários comuns, também foram, em grande parte, organizadas por meio das redes sociais, pelo virtual. E esse virtual também esteve presente fazendo sentidos nas ruas, durante os protestos por todo o país. As imagens que trazemos abaixo são exemplos de linguagem em que o virtual se materializou nos discursos de protesto em meio urbano.

A primeira imagem é uma foto tirada em uma grande cidade em que aparecem vários cartazes empunhados pelos manifestantes e uma faixa amarela de frente na qual está escrito o enunciado “somos a rede social” (Figura 1). A manifestação ocorreu em uma avenida, e vemos ao fundo a imagem de uma igreja, uma praça ao lado e uma faixa de pedestres sobre a qual os manifestantes se encontravam no momento da foto. Eis a imagem:



Figura 1: Manifestações.

Fonte: <<http://www.intrinseca.com.br/site/wp-content/uploads/2013/06/Somos-a-rede-social.jpg>>.

Chama-nos a atenção, no conjunto da cena, primeiramente, a faixa amarela com o dizer “somos a rede social”. Tal enunciado de imediato remete à própria memória de sociedade, como trama ou tessitura social, um “grupo de indivíduos que vivem por vontade própria sob normas comuns; comunidade”; ou “grupo de pessoas que, submetidas a um regulamento, exercem atividades comuns, ou defendem interesses comuns³ [...] meio humano em que o indivíduo está integrado” (HOLANDA, 2006)⁴. Tais sentidos são acionados no enunciado da faixa, sobretudo, pela palavra “social”, mas também pela palavra “rede”. Vemos já nas definições do dicionário o funcionamento do discurso de Estado pelo qual o indivíduo é interpelado em sujeito de direito e deveres assujeitados (submetido) às leis de um Estado, com ênfase para o caráter – apenas ideológico – da sua “submissão voluntária” por um contrato social originário e fundador da noção de liberdade desse mesmo indivíduo diante da própria submissão. Em outras palavras, é a ideologia segundo a qual o indivíduo é livre e se submete “por vontade” ao poder do Estado.

Voltando à faixa, se procedermos a uma substituição por paráfrases, temos que a palavra “rede” se coloca por “tessitura”, “fios [...] entrelaçados, fixados por malhas que formam como que um tecido” (HOLANDA, 2006), mas que também pertence ao jargão técnico da informática, significando “conjunto de computadores, terminais [...], interconectados por linhas de comunicação” (HOLANDA, 2006). Deslocada do campo técnico para a sociedade, a “rede” é, então, a própria sociedade entendida como uma tessitura/malha de relações políticas, lugar em que a divisão do sentido acontece pela linguagem (comunicação). Embora o sentido sociológico de sociedade esteja muito

3 Grifos nossos.

4 Tomamos aqui definições dos dicionários Aurélio (2006) e Houaiss (2009) atentando-nos, porém, para o fato de que o dicionário é um local de sentidos estabilizados constituídos a partir de referenciais fixados com o objetivo de administrar a interpretação e que como tal circulam fazendo sentido.

marcado pela ideia de “grupo homogêneo” (observável pela ênfase dada ao adjetivo “comum”), como vemos nas definições do dicionário, a palavra “rede” traz como elemento semântico comum com ela a noção de interligação entre indivíduos, guardando a ideia de conexão que é estruturante tanto da sociedade, quanto da rede de computadores. A presença da palavra rede nesta faixa é uma materialização do discurso digital em espaço urbano, ou seja, é um vestígio da interpelação do sujeito por esse discurso e da consequente tomada da posição daquele em relação a este último, do modo em que ele se constitui. É, então, um exemplo de como o urbano se vê afetado pela discursividade da rede virtual que funciona como polo de poder em que o político se dá num tempo e espaço próprios – o ciberespaço – e que se desloca para a rua. Cada indivíduo componente dessa rede social (virtual e não virtual, porque a mescla dos espaços se comporta também como uma forma de tessitura que entrelaça os dois polos) funciona como nó de conexão, como ponto de entrada e saída de dados da rede, ou seja, como elemento que permite o fluxo comunicacional que constitui a cibercultura e a inteligência coletiva, conforme coloca Lévy (2007). Essa estruturação da rede, contudo, parte do esquema funcionalista da comunicação entendida como constituída de polos emissor e receptor, canal, mensagem etc, o que procede de forma mecanicista no tratamento da linguagem e desconsidera os modos como os enunciados fazem sentido para o sujeito histórico que constitui esse processo e se constitui por meio dele. Daí a necessidade de analisarmos esse acontecimento de linguagem pelo viés discursivo.

O enunciado “somos a rede social” apaga em certa medida a existência da parcela da população – que, no caso do Brasil, é a grande maioria – que não está conectada, não tendo, portanto, acesso às ditas redes virtuais, embora esteja interpelada pelo discurso da virtualidade e da conectividade como condição *sine qua non* de pertencimento social na atualidade. Sendo o virtual uma tecnologia de linguagem, a tessitura social também é “texto”, ou seja, é possibilidade de dizer, de significar e compartilhar do lugar político por ela instaurado e, portanto, de existir como cidadão. Se antes ser cidadão era ser um “indivíduo que, como membro de um Estado, usufrui de direitos civis e políticos por estes garantidos e desempenha os deveres que, nesta condição, lhe são atribuídos” (HOUAISS, 2009), agora ele também precisa estar conectado para exercer tal cidadania. Em suma, primeiramente, o cidadão passou a ser um cibersujeito e estamos caminhando para o momento em que ser um cibersujeito será a condição para ser cidadão, num processo de individuação feito por meio das TICs⁵. Prova disso é a crescente virtualização do próprio Estado, com a intensificação dos e-gov. Considerando desse modo, cabe a pergunta: quem é esse “nós” oculto no enunciado da faixa? Ora, aquele que, submetido às leis do Estado, é considerado cidadão: um sujeito de direitos e deveres, livre para ir e vir, possuidor do direito de expressão – e, conseqüentemente, de reivindicar, de protestar –, pertencente ao espaço demarcado que é o espaço do território-nação do Estado dentro do qual funcionam as leis que o submetem.

Faz parte da própria estruturação do Estado, a constituição de um território bem definido onde exerce sua soberania por meio de leis que regulam aquela sociedade; ele é,

5 Segundo Orlandi (2011b, p. 22), “[...] a palavra ‘individuação’ [...] remete necessariamente ao fato de que se trata de um sujeito individualizado, ou seja, a forma sujeito histórica, no nosso caso capitalista, passando pelo processo de articulação simbólico-política do Estado, pelas instituições e discursos, resultando em um indivíduo que, pelo processo de identificação face às formações discursivas, identifica-se em uma (ou mais) posição-sujeito na sociedade”. Agora esse sujeito encontra-se interpelado também pelo discurso digital, que o assujeita em cibersujeito, posição que ele deve ocupar e fazer significar para garantir seu pertencimento ao social.

pois, uma estrutura confinante, limitada, que procura a homogeneidade dos indivíduos em seu interior. O espaço do Estado é território concreto, confinado, limitado, cercado por fronteiras. A relação tradicional de poder que se exerce em seu interior é aquela regrada pela disciplina e pela autoridade centralizada e estável. A estruturação do virtual, por outro lado, configura um espaço aberto, teórica e ideologicamente ilimitado e em expansão; a rede sem fronteiras na qual sempre se pode agregar mais um nó de conexão. A relação de poder que se exerce em seu interior é descentrada, formada por parcerias e nichos comunitários instáveis. Assim, as condições de produção dos discursos do Estado e do virtual, aparentemente, se contrapõem umas às outras, o que poderia ser elemento detonante de um conflito em termos políticos e sociais. Essas são as condições de produção sócio-históricas que embasam as manifestações populares que se organizam na atualidade pelo meio virtual.

É preciso, ainda, ter em mente que tanto o Estado, quanto o virtual são criações ideológicas que se materializam em discursos que, por sua vez, interpelam o indivíduo em sujeito. O cibersujeito não está imune ao modo de funcionamento discursivo do Estado que o constitui; mas ele é, também, constituído pela ideologia da rede como espaço sem limite em constante expansão, “espaço sem fronteiras” que se materializa no discurso do virtual. Se o cidadão é aquele que tem consciência da sua situação de sujeição ao Estado e que se posiciona em relação a ele, como cumpridor dos seus deveres, na qualidade de quem exige seus direitos, o cibersujeito também o é e o faz por meio das novas tecnologias tomadas como dispositivo de constituição de si.

Voltemos à imagem. A manifestação ali retratada acontece em um lugar, um espaço urbano em que o sujeito se desloca, não de qualquer forma, mas segundo leis que ordenam a circulação. Na imagem esse espaço físico é marcado pela presença da faixa de pedestres, elemento signifiante da presença dessas leis que ordenam o ir-e-vir do cidadão. Marca do assujeitamento ao Estado, assim como a igreja ao fundo traz a memória do assujeitamento ao poder da Igreja, sobretudo, nas condições de produção sócio-históricas medievais, época anterior à existência dos Estados Nacionais. Desse modo, a faixa de pedestre, a igreja, e a alusão à rede (informática) presente na faixa, nessa imagem, funcionam discursivamente como indícios dos modos de assujeitamento histórico ao qual o indivíduo se encontra submetido: o poder da Igreja (passado), o poder do Estado (presente) e o poder do virtual (presente-futuro)⁶. Lugares em que o político se dá em permanente situação de litígio, que tem nas manifestações uma forma de materialização em discurso. O lugar político do sujeito que protesta é um lugar entre os lugares já existentes que ganha corpo na ação. Um corpo que circula por um espaço, pelas ruas, avenidas, que tem voz, mas que em nenhum momento deixa de ser determinado, submetido às ideologias que o constituem. Corpo fluido que circula nas redes e vias virtuais e concretas, redes discursivas em que o confronto irrompe como acontecimento de linguagem. Sentidos em litígio. Vivemos hoje uma mudança de paradigmas? Não nos cabe aqui fazer previsões para o futuro, apenas trazer à luz alguns elementos discursivos e analisá-los, quais sejam, o discurso do Estado e o do virtual.

Na atualidade, a mundialização – que também é uma construção ideológica – é o ponto de confluência entre esses dois discursos. O discurso da globalização, alicerçado no discurso digital, ao interpelar o indivíduo em sujeito, parte do princípio do seu já

6 Em todo caso, sempre está presente a ideologia da liberdade embasando o movimento: liberdade de servir a Deus submetendo-se à igreja; liberdade e igualdade garantidas (em tese) pelo Estado; liberdade na rede sem fronteiras.

assujeitamento ao discurso do Estado (sujeito de direitos), e provoca não só a virtualização do sujeito, mas também da sociedade e do próprio Estado. É por isso que faz sentido falar de ciberdemocracia, como propõe Lévy (2003). A base histórica comum que sustenta esses discursos, ou seja, que sustenta a existência e manutenção do Estado e também da tecnociência cujo braço forte são as novas tecnologias comunicacionais, como veremos a seguir, é a economia de mercado neoliberal. É por meio dela e para ela que esses outros discursos existem, funcionam e fazem sentido na atualidade. Tomemos, para tanto, mais algumas imagens e analisemos os modos como funcionam discursivamente:



Figura 2: Manifestações.

Fonte:

<<http://badalovip.com/wp-content/uploads/saimos-do-facebook-e1371654735588.jpg>>.



Figura 3: Manifestações.

Fonte:

<<http://priscilacruz.com/web/wp-content/uploads/2014/01/url.jpg>>.



Figura 4: Publicidade da Fiat.

Fonte:

<http://15kpf487cpb33j2xa3omwzvf9e.wengine.netdna-cdn.com/wp-content/uploads/2013/06/FIAT_FALCAO_RAPPA_VEM_PRA_RUA.jpg>.



Figura 5: Camiseta Vem Pra Rua – Protesto.

Fonte: <http://produto.mercadolivre.com.br/MLB-561410864-camiseta-vem-pra-rua-protesto-_JM>.

A foto mostrada na Figura 2 apresenta um manifestante levantando um cartaz com o enunciado “saímos do facebook” (sic). Trata-se de mais uma materialização do discurso eletrônico em meio urbano na situação de litígio que foram os protestos, ou seja, é um acontecimento de linguagem em que o político se dá em condições de produção tais que evidenciam a relação entre o espaço urbano e o virtual. Atenemos para os modos de significação de “saímos do facebook” tomando-o a partir das noções de lugar e de espaço. Ora, quem sai, sai de algum lugar. Esse sair aciona o sentido de “deslocar-se de” e também “ter origem em”, ou seja, “saímos do facebook” pode ser “tivemos origem no facebook, nos organizamos nessa rede virtual e a partir dela” e “saímos da frente do computador e viemos para a rua”. Ambos os sentidos cabem concomitantemente, mas as noções de lugar em um e outro são diferentes, embora se mesquem em uma só realidade: no primeiro, o lugar é virtual, é o ciberespaço; no segundo, o lugar é físico, concreto, é o espaço urbano. Pode-se ver aí o modo como o sujeito é individuado pelo discurso eletrônico e como ele se subjetiva numa sociedade que é determinada pelo eletrônico (DIAS, 2011); o espaço de significação é o urbano, mas ressignificado pelo virtual; em outras palavras, o sujeito saiu do Facebook, mas o Facebook não saiu dele, pois passou a constituir a sua subjetividade. Palco da materialização de linguagem, o espaço não é neutro, mas lugar político investido de sentidos, arena em que as relações (conflituosas) entre os discursos se dão: o lugar do protesto, neste caso, um lugar político em que o sujeito ocupa uma posição. Considerando que o lugar do ciberusuário é um lugar virtual que se constitui no batimento entre presença e ausência, não mais no sentido físico tradicional, mas no sentido on-off, ou seja, ligado-desligado, conectado-desconectado da rede, e que o lugar do cidadão tradicional é o espaço da cidade, o urbano (polis), o lugar político do “cibercidadão” funciona como sendo aquele do incluído digital, nó da rede (social), dinâmico, fluido, participativo, que circula e faz circular sentidos e dá sentido à

ideologia da ciberdemocracia.

O sujeito que “sai do facebook” – tanto no sentido de origem, quanto no sentido físico – vai para algum lugar, vai para a rua: esse é o enunciado que passamos a analisar a partir das Figuras 3, 4 e 5. O *slogan* “vem pra rua” é o nome de uma canção criada como *jingle* para uma campanha publicitária da montadora de automóveis Fiat, para a Copa das Confederações de 2013: “[A] empresa vai tirar a campanha do ar no sábado, como estava previsto, mas diz que pessoas são livres para usar a música para outros fins. A música criada por duas agências de publicidade para um comercial da montadora Fiat virou o hino do movimento que tomou as ruas do País” (SCHELLER, 2013). “Apesar da (SIC) composição fazer parte de uma campanha publicitária, em momento algum a marca é citada, fato que contribuiu para a sua popularização” (WIKIPEDIA, p. 1). A estratégia publicitária de fazer significar a marca como objeto de desejo⁷ (objeto simbólico) sem mencioná-la diretamente, como vemos, contribuiu para a apropriação e ressignificação da canção do *jingle* e, em especial, do enunciado “vem pra rua”. As condições de produção do enunciado, a sua materialidade – o suporte em que aparece inscrito – produzem outros efeitos de sentido; o sentido sempre pode ser outro: “A materialidade da linguagem define-se pelo processo de significação a partir do qual um discurso se textualiza numa forma e não em outra” (DIAS, 2011, p. 21).

Criado primeiramente como estratégia de venda de um produto, portanto, com a linguagem da propaganda e veiculado nas mídias de massa (mostrado na Figura 4), o enunciado foi apropriado pelo público alvo inicial, transcendendo-o e se ressignificando pelo virtual como acontecimento de linguagem política, uma chamada ao protesto. Ao ser estampado nos cartazes de protesto, como na Figura 3, o enunciado muda a sua materialidade, as condições de produção são outras e seus sentidos também: de “vem pra rua” circular num Fiat, passamos a “vem pra rua” protestar e exigir do governo melhores condições de vida. Assim, de materialização da linguagem de mercado, por meio da mídia virtual, o enunciado se desloca ao político e à política no meio urbano, trazendo consigo os sentidos que aí circulam. Mas uma das características do capitalismo enquanto sistema sociopolítico e econômico é a mercantilização da vida, a sua capacidade em transformar tudo em mercadoria. Desse modo, dada a abrangência nacional do acontecimento político que foram as manifestações de 2013, o mecanismo ideológico capitalista se fez sentir prontamente: o enunciado foi novamente ressignificado ao ser re-apropriado pelo discurso do mercado que, ao estampá-lo em outro suporte, deu-lhe nova materialidade, devolveu-o ao meio virtual e fez com que significasse de outro modo. A Figura 5 nos mostra esse movimento dos sentidos: o anúncio de venda no Mercado Livre (meio virtual) de uma camiseta com o enunciado “vem pra rua” com a figura de uma mão cerrada querendo significar um chamamento à luta pelos direitos sociais. Trata-se do mesmo enunciado fazendo outros sentidos num processo de re-apropriação discursiva constante, mas sem nunca sair da lógica de funcionamento do sistema capitalista neoliberal. Além disso, vemos o papel da mídia em geral e do meio virtual, em particular, nesse processo que é, também, um processo de constituição do sujeito e da sociedade, pela linguagem, em que o político se dá. Esquematizando os momentos de ressignificação do enunciado “vem pra rua”, temos:

7 “O sujeito é sempre e, ao mesmo tempo, sujeito da ideologia e sujeito do desejo inconsciente e isso tem a ver com o fato de nossos corpos serem atravessados pela linguagem antes de qualquer cogitação” (HENRY, 1992, p. 188).

- 1º. momento: **COMPRE** um Fiat e “**vem pra rua**” circular (propaganda da Fiat);
- 2º. momento: “**Vem pra rua**” protestar (cartazes nas manifestações);
- 3º. momento: **COMPRE** uma camiseta e “**vem pra rua**” circular protestando.

Considerando que o virtual, como colocado por Lévy, é o lugar constituído pela “inteligência coletiva” que se organiza e age politicamente, fundando a ciberdemocracia que deve redimensionar o próprio funcionamento do Estado, perguntamo-nos em que medida a esfera do político está afetada pelo econômico nesse processo. Nossas análises mostram como o círculo vicioso do capitalismo neoliberal está instaurado ressignificando o político por meio do virtual e determinando os modos de se existir em sociedade. Desse modo, a “inteligência coletiva” não deixa de ser interpelada pelo discurso do poder vigente e de se assujeitar a ele. Isso porque estamos falando de constituição de subjetividade, aquela que Castells (1999, p. 24-26) chama de “identidade de projeto” que se forma

[quando] os atores sociais, utilizando-se de qualquer tipo de material cultural ao seu alcance, constroem uma nova identidade. [...] A ‘identidade de projeto’ está relacionada à construção de projetos de vida por prolongamentos da identidade e experiências do indivíduo, que dão espaço ao surgimento de novos sujeitos – que formam o ator social coletivo.

5 Considerações finais

É garantido constitucionalmente o direito de ir e vir ao cidadão, ou seja, o direito à livre circulação. Porém, tal circulação não se dá de qualquer forma, indiscriminadamente. Há os lugares de interdição, os lugares de circulação condicionada, os lugares públicos e os lugares privados, os lugares para a multidão e aqueles reservados a poucos. Toda circulação é dirigida, orientada, controlada, seja no espaço geográfico urbano, rural, no aéreo ou marítimo. Ruas, rotas, estradas, canais, espaços de fluxo ordenado, submetido ao controle da lei, do Estado por meio de sistemas de vigilância. Circulação nos espaços, prática em que o tempo é elemento constituinte e estruturante. Pensemos nos fluxos do trânsito, motorizado ou não. Há espaços e tempos reguladores da locomoção, direções determinadas que se fazem determinantes para os que passam. Espaços políticos já postos e, como tais, de fluxo, de encontros e desencontros regulados. Mesmo a circulação da passeata, do protesto, da manifestação também obedece a uma ordem, sob pena de ser tachada de vandalismo, ou seja, de transgressora da ordem posta e, como tal, ser considerada “ilegítima” (vale dizer, fora da lei). O mesmo se dá com os sentidos e os meios, modos e vias por onde circulam (ou não circulam).

O virtual também é um ambiente de circulação em que tais elementos também funcionam segundo as especificidades do meio. O fluxo de dados nas infovias não se dá de qualquer forma e não significa de qualquer maneira: há injunções de ordem social, histórica, política, econômica etc, em funcionamento que direcionam o dizer e o significar. É assim que a virtualidade pensada como dispositivo, nos dias atuais, mescla-se ao concreto, migra para o urbano, constituindo e sendo constituída politicamente como tráfego de sentidos em relação constante. Como coloca Dias (2011), o espaço urbano se vê afetado pelo discurso digital, e é cada vez mais comum a materialização deste naquele. A urbanidade afetada pelo virtual em todos os níveis dá azo ao surgimento de

novas formas de atuação humana em meio social, com importantes consequências para o sujeito e as maneiras de representação da realidade pela linguagem, apresentando elementos passíveis de observação e análise. E as nossas análises mostram que são as injunções de ordem econômica que determinam as condições de produção dos discursos tanto do Estado quanto da rede – também tomados como dispositivos, ou seja, como tecnologias sociais – uma vez que estão na base de ambos. As tecnologias não são, pois, necessariamente uma ruptura com o passado, uma nova forma de poder que surge como salvadora (como o discurso das TICs afirmam), mas mais propriamente uma reconfiguração das relações de poder já existentes que passam a ser mediadas por novos dispositivos. Esses dispositivos (as novas tecnologias) surtem efeitos tanto nesse processo quanto nos sujeitos envolvidos nele, em diferentes medidas, dados os meios de produção, e são, por isso, elementos constituintes dessa realidade. Realidade histórica, social, política e, portanto, discursiva.

Desse modo, entendemos as manifestações como movimentos sociais, acontecimentos de linguagem dentro dos movimentos da sociedade interpelados pelo discurso virtual, sendo este último determinado pela ideologia da globalização e, portanto, do capitalismo neoliberal contemporâneo.

Referências

ARISTÓTELES. *Política*. Tradução, introdução e notas de Mário da Gama Kury. 3. ed. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1997.

CASTELLS, M. *A Era da informação: economia, sociedade e cultura*. Vol. 3. São Paulo: Paz e terra, 1999.

DIAS, C. e-Urbano: a forma material do eletrônico no urbano. In: DIAS, C. *E-urbano: Sentidos do espaço urbano/digital* [online]. 2011. Disponível em: <<http://www.labeurb.unicamp.br/livroEurbano/>>. Laboratório de Estudos Urbanos – LABEURB/Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade – NUDECRI, Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Acesso em: 04 jun. 14.

DIAS, C. Movimento da cibernética, saberes linguísticos e constituição do sujeito. In: FERREIRA, Ana Cláudia Fernandes; MARTINS, R. (Orgs.). *Linguagem e tecnologia*. Campinas: Editora RG, 2012, p. 11-23.

GOMES, W. *Ciberdemocracia: possibilidades e limites*. Conferência Inaugural do II Congresso Ibérico de Comunicação, Covilhã, Portugal (Inédito), 2004.

HENRY, P. *A ferramenta imperfeita: língua, sujeito e discurso*. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

HOLANDA, A. B. de. *Miniaurélio: o dicionário da língua portuguesa*. 6. ed. Curitiba: Positivo, 2006.

HOUAISS ELETRÔNICO. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Versão monousuário

3.0. Editora Objetiva, 2009.

LEMOS, A.; LÉVY, P. *O Futuro da Internet: em direção a uma ciberdemocracia planetária*. São Paulo: Paulus, 2010.

LÉVY, P. *A inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço*. 5. ed. São Paulo: Loyola, 2007.

LÉVY, P. *Ciberdemocracia*. Lisboa: Instituto Piaget, 2003.

ORLANDI, E. *Discurso e argumentação: um observatório do político*. In: Fórum Linguístico, Fpolis, n. 1, p. 73-81, jul-dez, 1998.

ORLANDI, E. Língua, comunidade e relações sociais no espaço digital. In: DIAS, C. *E-urbano: Sentidos do espaço urbano/digital* [online]. 2011a. Disponível em: <<http://www.labeurb.unicamp.br/livroEurbano/>>. Laboratório de Estudos Urbanos – LABEURB/Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade – NUDECRI, Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Acesso em: 04 jun. 14.

ORLANDI, E. *O que é linguística?* 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2009.

ORLANDI, E. Os sentidos de uma Estátua: Fernão Dias, individuação e identidade Pousoalegrense. In: ORLANDI, E. P. (Org.). *Discurso, espaço, memória: caminhos da identidade no Sul de Minas*. Campinas. Editora RG, 2011b, p. 13-34.

RAMALHO, R. A.; SILVA, L. C. da. #vempraruá: a midiaticização de uma manifestação popular nos sites de redes sociais e a ebulição de uma nova estética audiovisual. // *Colóquio Semiótica Das Mídias*. ISSN 2317-9147. Centro Internacional de Semiótica e Comunicação – CISECO. Japaratinga/AL, 2013. Disponível em: <<http://ciseco.org.br/anaisdocoloquio/index.php/edicao-atual/91-vempraruá-a-midiaticacao-de-uma-manifestacao-popular-nos-sites-de-redes-sociais-e-a-ebulicao-de-uma-nova-estetica-audiovisual>>. Acesso em: 20 jun. 14.

SHELLER, F. 'Vem Pra Rua' agora é dos brasileiros, diz Fiat. *O Estado de São Paulo*. 18/6/2013. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,vem-pra-rua-agora-e-dos-brasileiros-diz-fiat,156875e>>. Acesso em: 01 jul. 14.

TAVARES, V. B. A. O Papel das Redes Sociais na Primavera Árabe de 2011: implicações para a ordem internacional. *Mundorama Divulgação Científica em Relações Internacionais* – ISSN 2175-2052. 06/11/2012. Disponível em: <<http://mundorama.net/2012/11/06/o-papel-das-redes-sociais-na-primavera-arabe-de-2011-implicacoes-para-a-ordem-internacional-por-viviane-brunelly-araujo-tavares/>>. Acesso em: 29 jun. 14.

WIKIPÉDIA. "Vem pra rua". Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Vem_Pra_Rua>. Acesso em: 20 mai. 14.